

ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS COM PROFESSORES DE IBIMIRIM/PE

Victor Gabriel Lopes da Silva ¹
Milca Mabele da Silva²
Rosely Tavares de Souza ³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação do Ensino de História e a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), a partir das experiências pedagógicas vivenciadas com professores da Educação básica da rede pública do município de Ibimirim/PE. A experiência nos possibilitou compreender como as formações continuadas de ERER são fundamentais para a construção de práticas educativas contracoloniais, comprometidas com a luta antirracista e com a diversidade étnica presente no território brasileiro.

O estudo se efetiva a partir da experiência junto ao projeto “UFPE no meu quintal”, desenvolvido em parceria com o grupo de pesquisa e ensino ETNOS. Na ocasião promovemos oficinas formativas voltadas à implementação da Lei nº 11.645/2008. Lei esta que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, configurando-se como um marco para a promoção de uma educação plural e contracolonial.

Com isso, para além de uma exigência legal, o ensino de história constitui um campo fértil para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que questionem narrativas eurocêntricas e promova uma educação contracolonial, comprometida com a valorização das identidades, das memórias e dos saberes plurais que compõem a nação brasileira. Repensar o ensino de história sob a ótica da ERER significa também repensar o próprio fazer docente, ampliando a compreensão sobre o papel da escola na formação de sujeitos críticos e conscientes de sua inserção histórica.

Portanto, esse trabalho se insere na perspectiva de contribuir com as discussões sobre a descolonização do ensino, valorização dos saberes afro-brasileiros e indígenas e

¹ Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, victor.lopass@ufpe.br;

² Graduanda do Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, milca.silva@ufpe.br;

³ Professora orientadora: Doutor, Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) - UFPE, rosely.souza@ufpe.br.



o fortalecimento de práticas pedagógicas que promovam o respeito à diversidade e o enfrentamento ao racismo em todas as suas dimensões, sendo essas formações continuadas um meio importante para efetivação dessas políticas públicas, porém, não o único.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa de caráter participativo, orientada pelos princípios da pesquisa-ação. As atividades foram realizadas no município de Ibimirim/PE, envolvendo professores das duas redes, estadual e municipal. O processo metodológico ocorreu em três momentos principais. Inicialmente, um diagnóstico inicial – essa sessão foi voltada para as percepções docentes sobre a EREER e a presença, ou ausência, das temáticas nas práticas escolares – após isso, ocorreu a intervenção pedagógica – que consistiu nas oficinas formativas do Grupo ETNOS – e, por fim, a avaliação – em que os participantes relataram mudanças e desafios percebidos após formações.

Os dados foram analisados à luz de referenciais teóricos e legais, fundamentados nas contribuições de Frantz Fanon, bell hooks, Maria Regina Celestino de Almeida, Daniel Munduruku, Lília Schwarcz e Nêgo Bispo, como também dialogou com a Lei 11.645/2008 e o Parecer 14/2015 que orientam a implementação dessas temáticas no ensino básico, assegurando o direito à diversidade e à representatividade nos currículos escolares.

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho fundamenta-se em autores e autoras que contribuem de forma significativa para o debate sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para compreensão crítica da história do Brasil. Entre eles destacam-se: bell hooks, Frantz Fanon, Maria Regina Celestino de Almeida, Daniel Munduruku, Lília Schwarcz e Nego Bispo, cujas reflexos permitem compreender como o Brasil foi estruturado sob as relações coloniais e de exploração, escravização e violência contra povos indígenas, africanos e afro-brasileiros.

A pesquisa também se apoia na Lei Nº 11.645/2008 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EREER (Parecer CNE/CP nº 14/2015), que orientam a implantação



dessas temáticas nos currículos escolares, assegurando o direito à diversidade e à representatividade. Assim, o referencial teórico sustenta uma perspectiva crítica e contracolonial, que entenda o ensino como prática política e transformadora, sendo assim, comprometido com a justiça social e, principalmente, racial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento inicial revelou um cenário de fragilidade na formação docente, marcado pela ausência de capacitação sobre EREER e pela limitação de recursos didáticos. As oficinas permitiram que os profissionais da educação repensassem suas práticas e percebessem o potencial transformador do ensino de História, mas não só, como instrumento de resistência e emancipação.

Os resultados indicaram que 70% dos participantes reformularam suas práticas pedagógicas, inserindo conteúdos afro-brasileiros e indígenas em suas aulas. A experiência demonstrou que, quando os docentes são instrumentalizados teoricamente, tornam-se capazes de desconstruir narrativas eurocentradas e de promover uma educação mais inclusiva. Pois, foi possível perceber durante as oficinas que não é uma resistência ideológica, mas sim falta de formação continuada para esses profissionais, muitos tiveram o primeiro acesso com as temáticas nas oficinas.

Entretanto, os desafios ainda persistem, como por exemplo: carência de materiais didáticos adequados, sobrecarga de trabalho e resistências institucionais que dificultam a consolidação da EREER nas escolas. Isso reforça a necessidade de políticas públicas efetivas que institucionalizam sistemas permanentes de formação docente em EREER, articulando universidades, redes de ensino e Governos. A experiência em Ibimirim mostrou que a formação continuada, quando pautada em referenciais críticos e dialógicos, é um caminho eficaz para transformar o cotidiano escolar e fortalecer a justiça social e racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conclui que o ensino de história é uma ferramenta central na promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais e na consolidação de uma pedagogia antirracista. As oficinas realizadas evidenciaram que as lacunas existentes



nas práticas escolares resultam, principalmente, da falta de formação, e não da resistência docente.

A experiência reafirma que a formação continuada é uma condição essencial para a efetivação da Lei nº 11.645/2008 e para a construção de uma educação crítica, intercultural e contracolonial. Dessa forma, a ampliação de parcerias entre universidades e redes de ensino se faz de extrema importância e urgência para consolidar espaços permanentes de diálogo e formação sobre EREER.

Por fim, a pesquisa reforça que descolonizar o ensino é uma forma de justiça social e racial, possibilitando que a escola se torne um lugar de memória, resistência e valorização das identidades negras e indígenas na história do Brasil.

Palavras-chave: Ensino de história; Educação das Relações Étnico-raciais; Formação Docente; Educação Antirracista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora e amiga, Rosely Tavares de Souza, por acreditar no meu potencial e inspirar-me diariamente a ser um pesquisador e estudante melhor. Sua confiança, sensibilidade e compromisso com a pesquisa transformaram não apenas este trabalho, mas também minha forma de compreender a educação e o papel do pesquisador.

Como também, agradeço aos meus amigos pelo apoio de sempre. Em especial, à minha parceira de pesquisa Milca Mabele, pela cumplicidade, pelos debates ricos e pelas construções coletivas que sempre nos impulsionam a entregar o melhor. E a Breno, por ser luz e força nos momentos em que o desânimo tenta se fazer presente.

Por fim, dedico este trabalho à minha família, que nunca mediu esforços para investir em mim, oferecendo amor, apoio e condições para que eu pudesse seguir acreditando nos meus sonhos, tudo o que sou e o que conquistei até hoje é também resultado desse cuidado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.



BISPO, Antônio. A terra dá, a terra quer: ensaios de um pensador quilombola. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 14/2025. Diretrizes Operacionais para a Implementação da Lei nº 11.645/2008. Brasília, DF: CNE, 2025.
FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

